

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE -----
----- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA -----
----- DAS ZONAS BALNEARES. -----


-----Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, entre: -----

-----PRIMEIRA – **Rosa Cristina Gonçalves da Palma**, solteira, maior, natural de Paris, França, de nacionalidade portuguesa, residente em São Bartolomeu de Messines, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Silves, outorgando em representação da mesma, com poderes para este acto e em representação do Município de Silves, pessoa coletiva de direito público número 506818837. -----

-----SEGUNDO – Hélder Fernando Figueiredo Batista, solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Maria de Viseu, concelho de Viseu, com residência profissional no Edifício Prime, Avenida da Quinta Grande, n.º 53, 9.º andar, Amadora, na qualidade de Procurador e representante legal da empresa **RECOLTE, SERVIÇOS E MEIO AMBIENTE, S.A.**, com sede no Edifício Prime, Avenida da Quinta Grande, n.º 53, 9.º andar, Amadora, pessoa colectiva n.º 503 505 390 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o mesmo número. -----

-----Reconheço a identidade do primeiro outorgante e os poderes que se arroga, por ser do conhecimento pessoal da oficial público Isabel Alexandra Lopes Cavaco Cabrita, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Silves e do segundo pelos documentos apresentados, que ficam arquivados no processo deste contrato, bem como pela exibição do Cartão de Cidadão n.º 10323188 9ZY5, válido até 17 de novembro de 2019. - -----

-----E pelos outorgantes foi dito, na qualidade em que intervêm neste contrato, que entre si ajustaram e reciprocamente aceitam o contrato relativo à “Prestação de Serviços de Limpeza das Zonas Balneares”, nas condições seguintes: -----



-----**PRIMEIRA** – A primeira outorgante, em nome da Câmara Municipal de Silves, adjudica a prestação de serviços à representada do segundo outorgante, de acordo com o seu despacho de 22 de maio de 2018, na sequência do Concurso Público, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com redação introduzida pelas respetivas alterações, pelo valor de **109.440,00 €** (cento e nove mil, quatrocentos e quarenta euros), de acordo com a proposta datada de 26 de abril de 2018 e Relatório Final do Júri de Procedimento de 22 de maio de 2018, documentos que ficam fazendo parte integrante deste contrato e ficam arquivados na pasta de documentos respectiva. -----

-----**SEGUNDA** – Este contrato tem por objeto à prestação de serviços de limpeza de zonas balneares, de acordo com a cláusula 1.ª e Parte II – Especificações Técnicas, constantes do Caderno de Encargos. -----

-----**TERCEIRA** – O contrato produz efeitos a partir do dia útil seguinte à data da assinatura do contrato e mantém-se em vigor pelo período de um ano, prorrogável por iguais períodos até um máximo de 3 anos, se não for rescindido inequivocamente e por escrito, por qualquer das partes, mediante carta registada com aviso de receção, até 30 dias antes do termo do período em curso e em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, de acordo com a cláusula 4.ª do caderno de encargos.--

-----**QUARTA - 1** – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais: -----



-----a) Executar todas as tarefas relativas à limpeza manual e mecânica das praias e envolventes, nos locais e nas condições descritas na Parte II – Cláusulas Técnicas do caderno de Encargos e demais documentos contratuais; -----

-----b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os fatos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços definida no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais; -----

-----c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias; -----

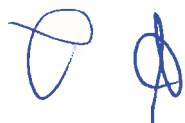
-----d) Não alterar as condições da prestação do serviço fora dos casos previstos neste caderno de encargos. -----

-----2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, de acordo com o preceituado na cláusula 5.^a do Caderno de Encargos. -----

-----**QUINTA** - As quantias devidas pela prestação de serviços devem ser pagas mensalmente, no prazo de trinta dias, após a receção pela entidade adjudicante das respectivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva, de acordo com a cláusula 9.^a do caderno de encargos e proposta apresentada.--

-----**SEXTA** - Uma vez que no presente procedimento não é exigida a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do código dos contratos públicos, a entidade adjudicante, sempre que considerar conveniente, irá proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efectuar, em conformidade com o preceituado na cláusula 14.^a do Caderno de Encargos. -----

5



-----**SÉTIMA** - Nos termos do n.º 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, é o funcionário José Pinto, em conformidade com o preceituado na cláusula 14.ª do Caderno de Encargos.-----

-----Em tudo o mais regulará a legislação aplicável nomeadamente as disposições do CCP.-----

-----A despesa resultante deste contrato tem cabimento de verba pelas rubricas orçamentais seguintes: Classificação Orgânica: Capítulo 01.02; Classificação Económica: Capítulo 02; Grupo 02; e Artigo 02.-----

----- Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do art.º 5 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, ao presente contrato foi prestado o compromisso n.º 20377/2018, datado de 01 de junho de 2018.-----

-----A Assunção de Compromissos Plurianuais foi autorizada por deliberação de Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2017, nos termos do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.-----

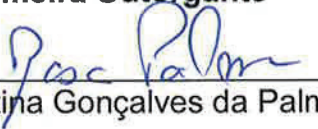
-----A minuta deste contrato foi aprovada por despacho da Exma. Sr.ª Presidente de 25 de maio de 2018, nos termos do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----Assim disseram e outorgaram do que dou fé.-----

----- Arquia-se: Certidão da Conservatória do Registo Comercial do Cascais, Certidão do Serviço de Finanças de Cascais, Certidão da Segurança Social, Ata de Delegação de Poderes n.º 146 do Conselho de Administração, Procuração e Registos Criminais. -----

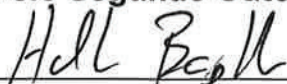


Pela Primeira Outorgante



Rosa Cristina Gonçalves da Palma

Pelo Segundo Outorgante



Hélder Fernando Figueiredo Batista

O Oficial Público



Isabel Alexandra Lopes Cavaco Cabrita

